CAIO PAIVA

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL

NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

2ª edição

EDITORA CEI

2025

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

  Copyright © 2025 by EDITORA CEI.

  www.editoracei.com

- Diagramação: Walter Santos
- Data de fechamento: 10.08.2025

PAIVA, Caio. Direito Penal - Parte Especial na jurisprudência do STF e do STJ. Belo Horizonte: CEI, 2025.

ISBN. 978-65-00-34533-9

Para a minha turminha, em ordem de chegada no coração do papai: Helena, Rafael e Sofia. E para o meu amor, Luiza, por tudo.

SUMÁRIO

PRINCIPAIS ABREVIATURAS 41

NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO 43

TÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Art. 121

121.1. Início da vida extrauterina 47
121.2. Redução da pena pela tentativa de homicídio branca ou incruenta 47
121.3. Competência territorial 47
121.4. Prova do crime de homicídio 48
121.5. Transmissão dolosa do vírus HIV 49
121.6. Fração da redução pelo homicídio privilegiado 49
121.7. Homicídio qualificado-privilegiado não é crime hediondo 50
121.8. Homicídio privilegiado e prisão preventiva 50
121.9. Compatibilidade do dolo eventual com as qualificadoras objetivas 50
121.10. Qualificadora do homicídio mercenário e aplicação ao mandante 51
121.11. Ciúme e motivo torpe ou fútil 52
121.12. Motivo fútil e discussão anterior entre autor e vítima 52
121.13. Vingança e motivo torpe 52
121.14. Motivo fútil e racha 53
121.15. Motivo fútil e vítima que urinou na porta da residência do réu 53
121.16. Motivo fútil e dívida financeira 53
121.17. Motivo fútil e disputa pelo domínio de uma região 53
121.18. Motivação do crime e homicídio simples 53
121.19. Ausência de motivo 54
121.20. Qualificadora do homicídio praticado com emprego de meio de que possa resultar em perigo comum e dolo eventual 54
121.21. Disparos em local com várias pessoas e perigo comum 54
121.22. Caracterização da qualificadora do perigo comum 54
121.23. Homicídio duplamente qualificado e *bis in idem* 54
121.24. Reiteração de golpes na vítima como meio cruel 55
121.25. Incompatibilidade da qualificadora do inciso IV do § 2º com o dolo eventual 55
121.26. Qualificadora do inciso IV do § 2º e necessidade de preordenação 55

121.27. Qualificadora do inciso IV do § 2º e premeditação....55
121.28. Dúvida sobre o assassinato de policial ter ocorrido porque se tratava de policial e qualificadora do inciso V do § 2º....56
121.29. Imputação da causa de aumento do homicídio culposo consistente na inobservância de regra técnica de profissão....56
121.30. Perdão judicial no homicídio culposo....57
121.31. Majorante do crime culposo e morte instantânea da vítima....57
121.32. Prestação de socorro no homicídio culposo....57
121.33. Homicídio culposo decorrente de erro médico e necessidade de perícia....57
121.34. Majorante do homicídio culposo e ausência de *bis in idem*....58
121.35. Feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar....58
121.36. Agravante do crime praticado contra cônjuge....58
121.37. Qualificadora do art. 121, § 7º, III....58
121.38. Inconstitucionalidade da legítima defesa da honra....58
121.39. Admissibilidade simultânea do crime de provocação do aborto e do feminicídio majorado....60
121.40. Possibilidade de coexistência entre as qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio....61
121.41. Feminicídio e mulher trans....61
121.42. Remoção de órgãos....61
121.43. Homicídio contra menor de 18 anos e exasperação da pena-base....61
121.44. Crime praticado em plena luz do dia e exasperação da pena-base....61
121.45. Homicídio na direção de veículo automotor....62
121.46. Exasperação da pena-base do homicídio culposo pelo intenso sofrimento da vítima....63

Art. 122

122.1. Inadmissibilidade da provocação indireta do suicídio....64

Art. 123

123.1. Impossibilidade de pronúncia com base exclusiva nos elementos do inquérito policial....64
123.2. Início do trabalho de parto....64

Art. 124

124.1. Não recepção....65
124.2. Prova da gravidez....65
124.3. Sigilo médico....65

Art. 125

125.1. Admissibilidade simultânea do crime de provocação do aborto e do feminicídio majorado....68
125.2. Ausência de *bis in idem* na incidência de agravante....68
125.3. Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos....68

Art. 126

126.1. Justa causa para a ação penal....69
126.2. Conduta de quem colabora com a mulher para o aborto....69

Art. 127

127.1. Agravação pelo resultado....69

Art. 128

128.1. Interrupção de gravidez de feto anencéfalo 70
128.2. Pesquisas com células-tronco embrionárias....70
128.3. Gêmeos siameses e inviabilidade de vida extrauterina....70
128. Aborto humanitário e gestão avançada....70

CAPÍTULO II

DAS LESÕES CORPORAIS

Art. 129

129.1. Incapacidade para as ocupações habituais e laudo complementar....72
129.2. Perigo de vida e laudo complementar 72
129.3 Debilidade permanente e exame complementar....73
129.4. Deformidade permanente e grau da lesão estética....73
129.5. Deformidade permanente e cicatriz no rosto 73
129.6. Deformidade permanente e cirurgia estética posteriormente ao crime....73
129.7. Perda parcial de dedo e deformidade permanente 74
129.8. Perda de dentes como lesão corporal grave ou gravíssima....74
129.9. Lesão corporal grave e gravíssima no mesmo contexto 75
129.10. Transmissão dolosa do vírus HIV 75
129.11. Lesão corporal grave e ausência de laudo pericial....75
129.12. Golpe com soco forte 76
129.13. Ausência de nexo causal entre as lesões provocadas e a morte da vítima 76
129.14. Impossibilidade de converter a pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos....76
129.15. Aumento da pena-base pela negativação das circunstâncias do crime 76
129.16. Aumento da pena-base pela negativação da circunstância das consequências do crime....77
129.17. Incidência de agravantes....77
129.18. Crimes preterdolosos e inépcia da denúncia....77
129.19. Existência de injusta provocação da vítima....77
129.20. Aplicação da minorante no patamar mínimo 78
129.21. Gravidade da lesão culposa e dosimetria da pena....78
129.22. Aplicação da majorante do § 9º em ambiente de trabalho 78
129.23. Aplicação da qualificadora do § 9º a homens 78
129.24. Violência doméstica contra a mulher e ação penal....78
129.25. Violência doméstica contra a mulher e pena restritiva de direitos 79
129.26. Violência doméstica contra a mulher e princípio da insignificância....79
129.27. Violência doméstica e familiar e coabitação 79
129.28. Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos....79

CAPÍTULO III

DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Art. 130

Art. 131

131.1. Transmissão dolosa do vírus HIV/AIDS....80

Art. 132
132.1. Prescrição 80
132.2. Perigo concreto 80
132.3. Especialidade do Estatuto do Desarmamento 80
Art. 133
133.1. Crime de perigo concreto 81
Art. 134
Art. 135
135.1. Crime não configurado 82
135.2. Sujeito ativo 82
Art. 135-A
Art. 136
136.1. Diferença com o crime de tortura 83
136.2. Mãe que dá um tapa no rosto do filho 83
136.3. Crime de perigo 83

CAPÍTULO IV
DA RIXA

Art. 137
137.1. Rixa e homicídio 83

CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Art. 138
138.1. Proteção constitucional 84
138.2. Imunidade parlamentar 84
138.3. Diferença entre os crimes 85
138.4. Crimes contra a honra cometidos por meio de carta e ausência de *bis in idem* 85
138.5. Ofensas lançadas em documento único e concurso formal de crimes 85
138.6. Mera alusão ao *nomen iuris* 85
138.7. Conhecimento da falsidade da imputação 85
138.8. Consumação 86
138.9. Afirmações genéricas 86
138.10. Alegação genérica em caso de ofensas entre membros do MP 86
138.11. Alegação genérica (Ali Kamel vs. Paulo Henrique Amorim) 87
138.12. Início dos prazos prescricional e decadencial 87
138.13. Cuidado com a linguagem e atipicidade 87
138.14. Momento processual para apresentar a exceção da verdade em ações penais que tramitam perante Tribunais Superiores 88
138.15. Sustentação oral em exceção da verdade 88
138.16. Exceção da verdade oposta em face de autoridades públicas 88
138.17. Ônus da prova na exceção da verdade 88
138.18. Exceção da verdade e prescrição 89

Art. 139

139.1. Fato concreto e determinado 89
139.2. Pessoa jurídica como vítima 89
139.3. Difamação e pessoas públicas 90
139.4. Crime praticado por meio de publicação de vídeo no qual o discurso da vítima seja editado 90
139.5. Dolo específico 90
139.6. Esposa tem legitimidade para propor queixa-crime contra autor de postagem que sugere relação extraconjugal do marido 90
139.7. Exceção da verdade e função pública 91

Art. 140

140.1. Caracterização do crime 91
140.2. Ofensas recíprocas 91
140.3. Conversa ouvida acidentalmente pela vítima 91
140.4. Pena de injúria qualificada não é desproporcional 92
140.5. Diferença entre injúria comum e a injúria prevista no Código Eleitoral 92
140.6. Embriaguez voluntária 93
140.7. Injúria qualificada e discriminação religiosa 93

Art. 141

141.1. Constitucionalidade da majorante do art. 141, II 93
141.2. Competência no crime contra a honra praticado por meio de publicação impressa e pela internet 94
141.3. Exceção da notoriedade e competência 94

Art. 142

142.1. Homens públicos e crimes contra a honra 95
142.2. Calúnia e exercício da advocacia 95
142.3. Não configuração da circunstância do inciso I 95
142.4. O inciso I não abrange o juiz como vítima 95
142.5. Inviolabilidade do advogado e crime de calúnia 95
142.6. Injúria contra membro do MP de outra comarca durante o plenário do Júri 96

Art. 143

143.1. Retração da calúnia 96
143.2. Retratação parcial 97
143.3. Simples pedido de desculpas 97
143.4. Retratação e crimes processados por requisição ou representação 97

Art. 144

144.1. Determinação das vítimas 98
144.2. Expediente não obrigatório 98
144.3. Natureza objetiva da dúvida 98
144.4. Finalidade 99
144.5. Não interrompe o prazo decadencial 99
144.6. Não cabe *habeas corpus* 99
144.7. Ilegitimidade de partido político 99
144.8. Competência do STF 100
144.9. Características do expediente 100

Art. 145

145.1. Legitimidade concorrente 100

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

SEÇÃO I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Art. 146

146.1. Crime subsidiário 101

Art. 146-A

Art. 147

147.1. Consumação e competência 101
147.2. Elemento subjetivo 102
147.3. Ausência de consunção com o crime de disparo de arma de fogo 102
147.4. Configuração do crime 102
147.5. Não configuração do crime 102
147.6. Forma de cometimento 102
147.7. Comentário em grupo no *whatsapp* 103
147.8. Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos 103
147.9. Exigência de vantagem econômica indevida 103

Art. 147-A

147-A.1. Popularmente denominado crime de stalking 104
147-A.2. Relação com o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência 104
147-A.3. Divulgação de mensagens contra comerciantes e prestadores de serviço por razões político-partidárias 105
147-A.4. Exigência de habitualidade 105

Art. 147-B

147-B.1. Irretroatividade 105

Art. 148

148.1. Caracterização do crime 106
148.2. Concurso entre os crimes de estupro e cárcere privado 106
148.3. Tentativa 107
148.4. Crime permanente 107
148.5. Retenção do condutor do veículo roubado 107
148.6. Situação distinta 107
148.7. Finalidade específica 107
148.8. Pluralidade de qualificadoras 108
148.9. Ausência de *bis in idem* 108

Art. 149

149.1. Caracterização do crime 109
149.2. Independência de instâncias 109
149.3. Elementos inerentes ao crime e dosimetria da pena 109
149.4. Tipo misto alternativo 109
149.5. Desnecessidade da violência física 110
149.6. Competência da Justiça Federal 110
149.7. Desnecessidade de restrição física da liberdade de locomoção 110
149.8. Consumação 111

149.9. Termo de ajustamento de conduta 111
149.10. Prescrição 111
Art. 149-A
149-A.1. Competência da Justiça Federal 112

SEÇÃO II
DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO

Art. 150
150.1. Ingresso e permanência sem autorização em gabinete de delegado da polícia federal 113
150.2. Autorização do morador 114
150.3. Autorização feita por quem não é proprietário 114
150.4. Entrada forçada em domicílio 114
150.5. Ausência de consunção com o crime de lesão corporal 114
150.6. Finalidade do tipo penal 115
150.7. Violação de domicílio em contexto de fuga da polícia 115
150.8. Elemento subjetivo 115

SEÇÃO III
DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA

Art. 151
151.1. O direito à inviolabilidade das comunicações não é absoluto 116
Art. 152

SEÇÃO IV
DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DOS SEGREDOS

Art. 153
Art. 154
Art. 154-A
154-A.1. Competência 118
154-A2. Objetivo do tipo penal 118
Art. 154-B

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I
DO FURTO

Art. 155
155.1. Consumação 120
155.2. Vigilância por meios eletrônicos e crime impossível 120
155.3. Furto de uso 121
155.4. Majorante do repouso noturno e aplicação restrita ao furto simples 121

155.5. Definição de repouso noturno....122
155.6. Furto qualificado-privilegiado....122
155.7. Parâmetro para reconhecer o privilégio....122
155.8. Privilégio como direito subjetivo....123
155.9. Privilégio e restituição do bem à vítima....123
155.10. Privilégio e crime continuado....123
155.11. Fundamentação da escolha da pena no furto privilegiado....123
155.12. Furto de energia elétrica e pagamento do débito antes do recebimento da denúncia....123
155.13. "Gato"....123
155.14. Alteração no medidor de energia elétrica....124
155.15. Furto de sinal de TV por assinatura....124
155.16. Subtração de bens que se encontram no interior de veículo automotor mediante destruição ou avaria....125
155.17. Configuração da qualificadora do rompimento de obstáculo....125
155.18. Furto de água mediante fraude....125
155.19. Comprovação da qualificadora da escalada....126
155.20. Caracterização da qualificadora da destreza....126
155.21. Furto mediante fraude e "chupa-cabra"....126
155.22. Conceito de chave falsa....127
155.23. Aplicação da majorante do crime de roubo ao furto qualificado....127
155.24. Participação de menor inimputável e qualificadora do concurso de agentes....127
155.25. Configuração da qualificadora da escalada....127
155.26. Folhas de cheque como objeto material do crime de furto....128
155.27. Valor do objeto do furto como circunstância judicial desfavorável....128
155.28. Exasperação da pena-base porque o réu agiu de forma sorrateira....128
155.29. Princípio da insignificância e bem de valor sentimental inestimável....128
155.30. Princípio da insignificância e objeto de valor superior a um salário-mínimo....129
155.31. Furto mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima e princípio da insignificância....129
155.32. Furto qualificado pelo abuso de confiança e princípio da insignificância....129
155.33. Reincidência e princípio da insignificância....129
155.34. Continuidade delitiva entre furto e roubo....129
155.35. Furto mediante fraude eletrônica e competência....130
155.36. Furto de cartão de conta bancária que tinha a senha anotada junto a ele....130
155.37. Divida de corrida de táxi....130
155.38. *Test drive* e subtração do veículo....130
155.39. Furto famélico....131

Art. 156

156.1. Representação....131

CAPÍTULO II
DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Art. 157

157.1. Consumação do roubo próprio....133
157.2. Caracterização....133

157.3. Grave ameaça cometida verbalmente....133
157.4. Inexistência de objeto de valor em poder da vítima....134
157.5. Trombada....134
157.6. Arrebatamento....134
157.7. Atos preparatórios impuníveis....135
157.8. Distinção entre roubo próprio e roubo impróprio....136
157.9. Roubo impróprio e tentativa....136
157.10. Consumação do roubo impróprio....136
157.11. Aumento na terceira fase da dosimetria da pena no crime de roubo circunstanciado....136
157.12. Delimitação de incidência das majorantes....136
157.13. Majorante do concurso de pessoas e condenação por corrupção de menores....137
157.14. Coautoria com menor inimputável e majorante do concurso de pessoas....137
157.15. Condenação pelo crime de associação criminosa e por roubo qualificado pelo concurso de agentes....137
157.16. Concurso de quatro agentes....137
157.17. Compreensão do termo "transporte de valores"....137
157.18. Identificação das mercadorias....137
157.19. Transporte de automóvel para outro Estado ou país e incidência da qualificadora....138
157.20. Privação da liberdade realizada para assegurar o exaurimento do crime de roubo....138
157.21. Tempo mínimo para incidência da majorante do § 2º, V....138
157.22. Desnecessidade de perícia na arma branca....138
157.23. Constitucionalidade da majorante do roubo consumado por arma de fogo....138
157.24. Majorante do emprego de arma e ausência de apreensão....138
157.25. Emprego de arma de fogo desmuniciada ou de simulacro....139
157.26. Arma de fogo sem poder para disparar....139
157.27. Concurso dos crimes de roubo e posse ilegal de arma de fogo....139
157.28. Reconhecimento de mais de uma majorante....140
157.29. Compreensão da qualificadora do § 3º....140
157.30. Tentativa de latrocínio....141
157.31. Coautoria no crime de latrocínio....141
157.32. Latrocínio com pluralidade de vítimas fatais....142
157.33. Consunção do crime de roubo pelo crime de latrocínio....143
157.33. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e latrocínio....143
157.34. Continuidade delitiva entre os crimes de latrocínio e extorsão....143
157.35. Competência para julgar o crime de latrocínio....143
157.36. Consumação do crime de latrocínio....143
157.37. Latrocínio e morte culposa....143
157.38. Latrocínio e diferença com homicídio em concurso com roubo....143
157.39. Princípio da insignificância....144
157.40. Roubo privilegiado....144
157.41. Simulação do porte de arma....144
157.42. Utilização de simulacro de arma de fogo e PRD....144
157.43. Lucro fácil como motivo para exasperar a pena-base....145
157.44. Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão....145

157.45. Concretização dos elementos da violência ou grave ameaça do crime de roubo 145
157.46. Exasperação da pena-base porque a vítima foi atacada quando estava dentro de um ônibus 145
157.47. Momento de considerar a majorante do concurso formal 145
157.48. Ameaça contra uma só pessoa 145
157.49. Ausência de restituição dos bens à vítima como fundamento para exasperar a pena-base 146
157.50. Dívida de táxi 146
157.51. Roubo de uso é crime 146
157.52. Roubo no interior de ônibus e patrimônios diversos 146
157.53. Sujeito passivo 147
157.54. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e furto 147
157.55. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão 147
157.56. Simulação de arma de fogo 147
157.57. Confissão somente da subtração do bem 147
157.58. Crime de roubo e estelionato seguinte que não configura fato impunível 147
157.59. Diferença entre os crimes de roubo e extorsão 148

Art. 158

158.1. Diferença entre os crimes de extorsão e estelionato 148
158.2. Diferença entre os crimes de roubo e extorsão 148
158.3. Ameaça de destruição do bem 149
158.4. Ameaça de não devolução de veículo 149
158.5. Ameaça de divulgar vídeo íntimo 149
158.6. Ameaça de divulgar matérias jornalísticas ofensivas à honra 149
158.7. Extorsão mediante mal espiritual 149
158.8. Comunicação de falso sequestro 149
158.9. Ameaça de processar 150
158.10. Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão 150
158.11. Incidência da majorante do § 1º no caso da extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima 150
158.12. Natureza formal 151
158.13. Monitoramento por policiais após a consumação 152
158.14. Tentativa 152
158.15. Ausência de saldo no banco 152
158.16. Pena cominada ao § 3º e princípio da proporcionalidade 152
158.17. Arma de fogo não apreendida e periciada 152
158.18. Exasperação da pena-base de réu policial 152

Art. 159

159.1. Consumação 153
159.2. Coexistência dos crimes de extorsão mediante sequestro majorado pelo concurso de pessoas e da associação criminosa 153
159.3. Delação premiada 154
159.4. Privação de liberdade por tempo exíguo 154
159.5. Circunstâncias que autorizam a exasperação da pena-base 154

Art. 160

160.1. Cheque pré-datado como objeto material 154
160.2. Exigir ou receber 154

CAPÍTULO III
DA USURPAÇÃO

Art. 161
161.1. Esbulho possessório, sistema financeiro de habitação e competência 155
161.2. Esbulho possessório de assentamento de terras do Incra e competência 155
161.3. Esbulho possessório de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida e competência 155
161.4. Invasão de propriedades para o fim de reforma agrária 156
Art. 162

CAPÍTULO IV
DO DANO

Art. 163
163.1. Patrimônio público e princípio da insignificância 157
163.2. Destruição de acessões feitas em terras indígenas 159
163.3. Dano contra o patrimônio do Distrito Federal 159
163.4. Violência ou grave ameaça no crime de dano qualificado 160
163.5. Dano à cela para fuga do preso e elemento subjetivo 160
163.6. Dano a algemas e elemento subjetivo 160
163.7. Dano a tornozeleira eletrônica e elemento subjetivo 160
163.8. Dano qualificado e meios de execução 161
163.9. Prejuízo da vítima e exasperação da pena-base 161
Art. 164
Art. 165
Art. 166
Art. 167
167.1. Ação penal no crime de dano simples 161
167.2. Ação penal no crime de dano qualificado 162

CAPÍTULO V
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Art. 168
168.1. Natureza do síndico a que se refere o § 1º, II 162
168.2. Descumprimento de obrigação contratual 162
168.3. Crime próprio 162
168.4. Consumação 163
168.5. Reparação do dano 163
168.6. Comprovação 163
168.7. Incomunicabilidade da majorante do § 1º 163
168.8. Prévia prestação de contas 163
168.9. Bem fungível 163
168.10. Fundação de direito privado e competência 163
Art. 168-A
168-A.1. Pagamento integral do débito tributário e extinção da punibilidade 164

168-A.2. Natureza material 165
168-A.3. Encaminhamento da representação fiscal para fins penais ao Ministério Público 165
168-A.4. Prisão por dívida 166
168-A.5. Dolo genérico 166
168-A.6. Descumprimento de lei municipal atinente a recolhimento a autarquia previdenciária 166
168-A.7. Insignificância 166
168-A.8. Efeitos da suspensão da exibilidade de crédito tributário na prescrição 167
168-A.9. Crime pluriofensivo 167
168-A.10. Bem jurídico 167
168-A.11. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base 167
168-A.12. Continuidade normativo-típica 167
168-A.13. Retroatividade da Lei 9.983/2000 168
168-A.14. Prova da materialidade 168
168-A.15. Continuidade delitiva e empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial 168
168-A.16. Continuidade delitivas entre os crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária 168
168-A.17. Inépcia da denúncia 168
168-A.18. Continuidade delitiva 169
168-A.19. Inexigibilidade de conduta diversa 169
168-A.20. Adesão ao REFIS 170

Art. 169

169.1. Distinção com o crime de estelionato 170
169.2. Crime permanente 171
169.3. Correios, propriedade do bem e competência 171

Art. 170

CAPÍTULO VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Art. 171

171.1. Diferença entre furto mediante fraude e estelionato 173
171.2. Consumação 173
171.3. Tentativa 173
171.4. Resultado duplo 173
171.5. Estelionato qualificado-privilegiado 173
171.6. Estelionato privilegiado 174
171.7. Compromisso de compra e venda 174
171.8. Dupla alienação 174
171.9. Natureza formal do crime do art. 171, § 2º, III 174
171.10. Elemento subjetivo no crime do art. 171, § 2º, IV 174
171.11. Entrega de veículo a receptador seguida de registro falso de boletim de ocorrência de um crime de roubo 174
171.12. Natureza formal do crime do art. 171, § 2º, V 175
171.13. Cheque pré ou pós datado e ausência de fraude 175
171.14. Estelionato por meio de emissão de cheque sem fundos competência 175

171.15. Pagamento de cheque emitido sem fundos antes do recebimento da denúncia 176
171.16. Cheque sem fundos e ausência de fraude 176
171.17. Estelionato contra entidade autárquica da previdência social 176
171.18. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro 176
171.19. Estelionato previdenciário e princípio da insignificância 176
171.20. Estelionato previdenciário: permanente para o beneficiário e instantâneo de efeitos permanentes para o agente que pratica a fraude 177
171.21. Estelionato previdenciário em continuidade delitiva 177
171.22. Estelionato previdenciário e independência de instâncias 178
171.23. Benefício restabelecido por decisão judicial 178
171.24. Tempo de percepção do benefício e dosimetria 178
171.25. Estelionato previdenciário e reparação do dano 178
171.26. Princípio da consunção 178
171.27. Crime praticado por omissão 179
171.28. Vítima pessoa jurídica e representante idoso 179
171.29. Retroatividade da norma que previu a ação penal condicionada 179
171.30. Estelionato judicial 180
171.31. Abuso de confiança 180
171.32. Alteração no medidor de energia elétrica 180
171.33. Reparação do dano 180
171.34. Estelionato qualificado e princípio da insignificância 181
171.35. Estelionato privilegiado 181
171.36. Crime impossível 181
171.37. Crime contra e economia popular por pirâmide financeira e identificação de algumas vítimas 181
171.38. Vantagem ilícita 181
171.39. Exasperação da pena-base 182
171.40. Consunção entre os crimes de falso e de estelionato 182
171.41. Atipicidade da "cola eletrônica" 182
171.42. Aplicação da Súmula 554 do STF ao estelionato em seu tipo fundamental 182
171.43. Emissão de cheque como garantia de dívida 182
171.44. Sujeito passivo 183
171.45. Venda premiada 183
171.46. Oferta de serviços por telefone 183
171.47. Atestado médico falso e dosimetria 183
171.48. Confiança da vítima e dosimetria 183
171.49. Tentativa de estelionato consistente em tentar receber valores relativos e precatório federal creditado em favor de particular e competência 183
171.50. Falsa promessa de compra de valores mobiliários 183
171.51. Crime de roubo e estelionato seguinte que não configura fato impunível 184
171.52. Advogado que, por meio de fraude, propões ações indenizatórias em nome de terceiros 184
171.53. Falsificação de cheque e competência 184
171.54. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado 184
171.55. Estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias e competência 184

Art. 172
172.1. Configuração do crime 185
172.2. Coautoria e participação 185
172.3. Negativação do nome da vítima e dosimetria 185
Art. 173
Art. 174
Art. 175
175.1. Competência 186
Art. 176
Art. 177
Art. 178
Art. 179
179.1. Caracterização do crime 187
179.2. Ação penal 187

CAPÍTULO VII
DA RECEPTAÇÃO

Art. 180
180.1. Objeto do crime 189
180.2. Consumação 189
180.2. Habitualidade 189
180.3. Receptação como mero exaurimento 189
180.4. Crime permanente na modalidade ocultar 189
180.5. Natureza do crime antecedente 189
180.6. Autonomia da receptação 190
180.7. Exasperação da pena-base em razão do valor do prejuízo 190
180.8. Ônus da prova 190
180.4. Aplicação da majorante do § 6º 191
180.5. Princípio da insignificância 191
180.6. Caracterização do crime de receptação qualificada 192
180.7. Finalidade da qualificadora do § 1º 193
180.8. Constitucionalidade da qualificadora do § 1º 193
180.9. Habitualidade 193
180.10. Relação da atividade comercial ou industrial 193
180.11. Atividade rural 193
180.12. Busca de lucro fácil é elemento inerente ao crime de receptação 193
180.13. Presunção quanto à origem criminosa do bem 194
180.14. Perdão judicial e ato infracional 194
180.15. Condenação no delito antecedente 194
180.16. Isenção de pena do autor do crime antecedente 194
180.17. Majorante do § 6º e bens dos Correios 194
180.18. Inaplicabilidade da majorante do § 6º à receptação qualificada 195
180.19. Impossibilidade de condenação simultânea pelos crimes de roubo e receptação do mesmo bem 195
180.20. Autoria desconhecida do crime anterior e competência 195
180.21. Advogado e ausência de imunidade 195

Art. 180-A
180-A.1. Aplicação retroativa....196

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181
181.1. Finalidade....196
181.2. Escusa absolutória e paternidade socioafetiva....196
Art. 182
Art. 183
Art. 183-A
182.1. Furto e relação entre tio e sobrinho....197

TÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 184
184.1. Adequação social....198
184.2. Comprovação....198
184.3. Princípio da insignificância....199
184.4. Crime permanente....199
184.5. Competência....200
Art. 185
Art. 186

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Art. 187
Art. 188
Art. 189
Art. 190
Art. 191

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Art. 192
Art. 193
Art. 194
Art. 195

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Art. 196

TÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Art. 197
Art. 198
Art. 199
Art. 200
Art. 201
Art. 202
202.1. Elemento subjetivo 204
Art. 203
203.1. Pagamento de salário a menor..... 205
Art. 204
Art. 205
205.1. Exercer a advocacia com a inscrição na OAB suspensa 205
Art. 206
Art. 207

TÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Art. 208

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Art. 209
Art. 210
Art. 211
211.1. Homicida que, para ocultar o cadáver, apaga vestígios de sangue 207
211.2. Crime permanente na forma ocultar..... 207
211.3. Caracterização do crime e concurso com o homicídio 207
211.4. Sujeito passivo e agravante por se tratar de vítima idosa..... 207
Art. 212
212.1. Não configuração do crime..... 208

TÍTULO VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 213

213.1. Atentado violento ao pudor e estupro como crime único 206
213.2. Configuração da grave ameaça no crime de estupro 207
213.3. Configuração do beijo lascivo como estupro 207
213.4. Impotência momentânea e crime impossível 207
213.5. Irrelevância do comportamento da vítima 208
213.6. Tentativa 208
213.7. Negativa superveniente para a prática de sexo anal 208
213.8. Laudo pericial não esclarecedor 209
213.9. Importância da palavra da vítima 209
213.10. Exasperação da pena-base 209
213.11. Fornecimento de droga como meio para a prática do crime de estupro 209
213.12. Exasperação da pena-base por abuso de confiança 210
213.13. Retroatividade da Lei 12.015/2009 210
213.14. Um tipo misto alternativo 210
213.15. Compreensão de ato libidinoso 210
213.16. Comprovação da idade da vítima 210

Art. 214

Art. 215

215.1. Desnecessidade de anular por completo a livre manifestação de vontade da vítima 211
215.2. Caracterização do crime 211
215.3. Apenamento mais severo 212

Art. 215-A

215-A.1. Impossibilidade de desclassificação 212
215-A.2. Crime praticado por meio de recursos tecnológicos 212
215-A.3. Crime subsidiário 213

Art. 216

Art. 216-A

216-A.1. Relação entre professor e aluno 213
216-A.2. Significado de assediar 213
216-A.3. Desnecessidade de relação empregatícia 214

CAPÍTULO I-A
(Incluído pela Lei nº 13.772, de 2018)

DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL

Art. 216-B
216-B.1. Ação penal....214

CAPÍTULO II
DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 217
Art. 217-A
217-A.10. Consentimento da vítima....215
217-A.2. Comprovação da idade da vítima....216
217-A.3. Experiência sexual anterior e eventual homossexualidade....217
217-A.4. Vulnerabilidade decorrente do estado de sono....217
217-A.5. Caracterização da vulnerabilidade da vítima....217
217-A.6. Vítima amarrada com as mãos para trás....217
217-A.7. Fornecimento de bebida alcoólica....217
217-A.8. Atos diversos da conjunção carnal....218
217-A.9. Vítima incapaz, presunção de violência e inaplicabilidade do crime de importunação sexual....218
217-A.10. Consumação....219
217-A.11. Laudo pericial não esclarecedor....219
217-A.12. Fornecimento de droga como meio para a prática do crime de estupro....219
217-A.13. Contemplação lasciva....219
217-A.14. Estupro sem contato físico entre agente e vítima....219
217-A.15. Erro de tipo em relação à idade da vítima....220
217-A.16. Agravante do art. 61, II, *h*, do CP, e *bis in idem*....220
217-A.17. Negativação da culpabilidade e das circunstâncias....220
217-A.18. Valoração negativa das circunstâncias do crime pela criação de uma relação falsa de amizade....221
217-A.19. *Modus operandi* e regime inicial fechado....221
217-A.20. Trauma causado à vítima....221
217-A.21. Irmã como garantidora....221
217-A.22. Continuidade delitiva....222
217-A.23. Revogação do art. 9º da Lei dos Crimes Hediondos....223
217-A-24. Síndrome do segredo....223
217-A.25. Legítima defesa probatória....223
217-A.26. Gravação de conversa pela genitora....224
217-A.27. Inexistência de ato executório do crime....224
Art. 218
Art. 218-A
218-A.1. Configuração do crime....225
218-A.2. Vítima bebê e desenvolvimento da dignidade sexual....226

Art. 218-B
218-B.1. Inexigência da figura do terceiro intermediador 226
218-B.2. Não se exige relacionamento sexual habitual 227
218-B.3. Sujeito passivo 227
218-B.4. Vulnerabilidade aferida pelo critério biológico ou etário 227
218-B.5. Falta de provas do contexto de exploração 228
218-B.6. Relacionamento sugar 228
218-B.7. Crime instantâneo 228
Art. 218-C

CAPÍTULO III
DO RAPTO

Art. 219
Art. 220
Art. 221
Art. 222

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 223
Art. 224
Art. 225
225.1. Vulnerabilidade temporária e ação penal 230
225.2. Violência real 230
Art. 226
226.1. Crime de estupro praticado por bisavô 231
226.2. Aplicação cumulativa das majorantes do estupro coletivo e do estupro corretivo 231
226.3. Parentesco por afinidade 231
226.4. Responsável pela segurança de alunos 232
226.5. Aplicação simultânea da agravante do art. 61, II, *f*, e da majorante do art. 226, II 232
226.6. Desnecessidade de vínculo formal de parentesco 232

CAPÍTULO V
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 227
Art. 228
228.1. Caracterização do crime 233
228.2. Não incidência da consunção 233
228.3. Atipicidade do comportamento de se prostituir 233

Art. 229
229.1. Tipicidade e adequação social..... 234
229.2. Prisão em flagrante..... 234
229.3. Exigência de exploração sexual..... 234
229.4. Ausência de relacionamento sexual das aliciadas no momento da fiscalização ..235
Art. 230
230.1. Rufianismo e casa de prostituição 235
230.2. Ganho decorrente de atividades diversas da prostituição.....235
Art. 231
Art. 231-A
Art. 232
Art. 232-A

CAPÍTULO VI
DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Art. 233
233.1. Prática do ato obsceno para uma criança 236
233.2. Liberdade de expressão..... 236
Art. 234
234.1. Adequação social 237

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 234-A
234-A..1. Aumento da pena pela gravidez 237
Art. 234-B
Art. 234-C

TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Art. 235
235.1. Falsidade ideológica e princípio da consunção..... 238
Art. 236
Art. 237
Art. 238
Art. 239
Art. 240

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Art. 241
Art. 242
Art. 243
Art. 244
244.1. Compreensão do tipo penal 240
244.2. Ausência de comprovação do elemento normativo "sem justa causa" 241
244.3. Caráter procrastinatório da ação civil 241
244.4. Incidência da agravante do art. 61, II, *f* 241
Art. 245
245.1. Concurso entre os crimes de abandono material e entrega de filho menor a pessoa inidônea 242
Art. 246
Art. 247

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA CURATELA

Art. 248
Art. 249

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Art. 250
250.1. Crime de perigo concreto 243
250.2. Elemento subjetivo 243
250.3. Majorante do fato de se tratar de casa habitada ou destinada à habitação 244
250.4. Perícia 244
Art. 251
251.1. Tipicidade 245
251.2. Incêndio e explosão 245
251.3. Furto e explosão 245
Art. 252
Art. 253
Art. 254
Art. 255
Art. 256
256.1. Representante legal de empresa que contratou a realização de obra 246
Art. 257

Art. 258
258.1. Configuração dos crimes de perigo comum na forma qualificada 247
Art. 259

CAPÍTULO II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 260
260.1. Bem jurídico 248
Art. 261
261.1. Competência 248
Art. 262
Art. 263
Art. 264
Art. 265
Art. 266

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Art. 267
Art. 268
268.1. Norma penal em branco 251
Art. 269
Art. 270
270.1. Objeto jurídico 251
Art. 271
271.1. Derrogação pela Lei 9.605/98 252
Art. 272
Art. 273
273.1. Venda de drogas e medicamento de procedência ignorada 253
273.2. Inconstitucionalidade do preceito secundário 253
273.3. Tentativa de remessa de medicamento sem registro da ANVISA 253
273.4. Natureza permanente 254
273.5. Desnecessidade de perícia 254
Art. 274
Art. 275
Art. 276
Art. 277
Art. 278
Art. 279
Art. 280
Art. 281
Art. 282
282.1. Exercício da acupuntura 256

282.2. Crime de perigo abstrato 256
282.3. Concurso formal com o crime de tráfico de drogas 256
282.4. Absorção do crime de falso 256
282.5. Curandeirismo e exercício ilegal de arte farmacêutica 256
Art. 283
Art. 284
284.1. Curandeirismo e exercício ilegal de arte farmacêutica 257
Art. 285

TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Art. 286
286.1. Reunião privada 257
286.2. Caracterização do crime 258
286.3. Objetividade jurídica 259
286.4. Instigação genérica 259
286.5. Continuidade normativo-típica 259
286.6. Propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático de Direito 260
286.7. Crime formal 261
Art. 287
287.1. "Marcha da maconha" 261
287.2. Apologia de contravenção penal 261
287.3. Atipicidade da conduta 261
Art. 288
288.1. Identificação dos agentes 262
288.2. Condenação pelo crime de associação criminosa e por roubo qualificado pelo concurso de agentes 262
288.3. Autonomia dos crimes de associação criminosa e associação para o tráfico de drogas 262
288.4. Configuração do crime 263
288.5. Natureza permanente 263
288.6. Autonomia do crime 263
288.7. Basta que um membro seja imputável 263
Art. 288-A
288-A. Interpretação restritiva e desclassificação 263

TÍTULO X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

CAPÍTULO I
DA MOEDA FALSA

Art. 289
289.1. Severidade da pena e princípio da proporcionalidade 265
289.2. Idoneidade relativa 265

289.3. Princípio da insignificância 265
289.4. Ilegalidade de prisão preventiva 266
289.5. Aplicação das agravantes do art. 61, II, *e* e *h* 266
289.6. Arrependimento posterior 267
289.7. Pluriofensivo 267
289.8. Crime formal e de perigo abstrato 267
289.9. Grande quantidade de cédulas 267
289.10. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado 267
289.11. Uso do maquinário 267
289.12. Competência da Justiça Federal 268
289.13. Tipo penal de conteúdo múltiplo 268
289.14. Prova da materialidade 268

Art. 290

Art. 291

291.1. Uso do maquinário 269

Art. 292

CAPÍTULO II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Art. 293

293.1. Desnecessidade de constituição definitiva do crédito tributário 270

Art. 294

Art. 295

CAPÍTULO III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Art. 296

296.1. Tipicidade 271
296.2. Prova pericial 272

Art. 297

297.1. Natureza formal 272
297.2. Substituição da fotografia em documento de identidade 272
297.3. Falsificação de cheque 273
297.4. Omissão de anotação em CTPS 273
297.5. Princípio da insignificância 273
297.6. Potencialidade lesiva do documento 274
297.7. Pagamento e extinção da punibilidade 275
297.8. Documento público estrangeiro 275
297.9. Inserção de dados falsos em passaporte nacional 275
297.10. Nota fiscal é documento particular 275
297.11. Prefeito que insere artigo em projeto de lei aprovado pela Câmara 275
297.12. Contrato social 275
297.13. Competência no caso do § 4º 276
297.14. Prontuário médico de hospital municipal 276
297.15. Insignificância do crime de descaminho e consequência para o crime-meio de falso 276

297.16. Documento emitido pela União e competência....277
297.13. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar da CIR ou da CHA....277
Art. 298
298.1. Nota fiscal é documento particular....277
298.2. Falsificação de declaração de pobreza....277
298.3. Clonagem de cartão de crédito....277
298.4. Falsificação de um Termo de Confissão de Dívidas....278
Art. 299
299.1. Insuficiência da declaração falsa....278
299.2. Dolo específico....279
299.3. Crime formal, bem jurídico protegido e sujeito passivo....279
299.4. Inserção de dado falso no currículo lattes....279
299.5. Prestação de contas....279
299.6. Inserir informação falsa em autodeclaração de raça....280
299.7. Falsa declaração de hipossuficiência....280
299.9. Natureza do documento para configurar o crime....281
299.10. Início do prazo prescricional....281
299.11. Mentir no interrogatório....281
299.12. Inserção de declaração falsa em registro de hóspedes de hotel....281
299.13. Inserção de falsa declaração de emprego em CTPS....281
299.14. Documentos digitais....281
299.15. Recibos falsos emitidos por médico....282
299.16. Escrito anônimo....282
299.17. Notificação extrajudicial....282
299.18. Inserção de dados falsos em sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública por servidor não autorizado....282
299.19. Inexistência de prejuízo declarada na esfera cível....282
299.20. Declaração falsa em pedido de residência provisória....283
299.21. Ocultação do verdadeiro importador das mercadorias....283
299.22. Advogado que substitui folha da petição inicial....283
299.23. Declaração sujeita a confirmação....283
299.24. Petição apresentada em juízo....283
299.25. Recibos falsos de contribuinte....284
299.26. Contrato de doação....284
299.27. Atestado de óbito com conteúdo falso....284
Art. 300
Art. 301
301.1. Sujeito ativo....285
Art. 302
302.1. Atestado de óbito com conteúdo falso....285
Art. 303
Art. 304
304.1. Exame pericial....286
304.2. Natureza formal....286
304.3. Apresentação por exigência da autoridade....286
304.4. Simples posse....286

304.5. Polícia já sabia da falsidade do documento 287
304.6. Uso de documento estrangeiro falso 287
304.7. Foragido e autodefesa 287
304.8. Ocultação da situação irregular no país 287
304.9. Falso grosseiro 287
304.10. Uso de CNH falsa 287
304.11. Autoria da falsificação 288
304.12. Data da falsificação 288
304.13. Cópia sem autenticação 288
304.14. Falso que se exaure no estelionato 288
304.15. Descaminho como crime-fim 289
304.16. Uso de documento falso pelo próprio autor da falsificação 289
304.17. Falsidade ideológica e uso do mesmo documento 289
304.18. Competência e certificado falso de conclusão de ensino médio para ingresso em curso de vigilante 290
304.19. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar da CIR ou da CHA 290
304.20. Uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino e competência 290
304.21. Critério para definição da competência em razão da matéria 290
304.22. Uso de passaporte falso e competência 290

Art. 305

305.1. Crime formal 291

CAPÍTULO IV

DE OUTRAS FALSIDADES

Art. 306

Art. 307

307.1. Situação de alegada autodefesa 291
307.2. Apresentação de documento falso por exigência da autoridade 292
307.3. Tipicidade 292
307.4. Obtenção de vantagem 292
307.5. Caráter subsidiário 292
307.6. Crime formal 292

Art. 308

Art. 309

Art. 310

Art. 311

311.1. Não se exige elemento subjetivo especial 294
311.2. Adulteração de placa dianteira ou traseira do veículo 294
311.3. Trocar placa 294

CAPÍTULO V
(Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO
(Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Art. 311-A
311-A.1. Significado de "conteúdo sigiloso" 295
311-A.2. Incidência da majorante do § 3º 295

TÍTULO XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Art. 312
312.1. Compreensão da expressão "posse" 296
312.2. Consumação do peculato-apropriação 296
312.3. Recebimento de valor a título próprio 296
312.4. Não ocorrência de concurso de pessoas 297
312.5. Configuração do crime de peculato-desvio 297
312.6. Peculato-desvio por meio da nomeação de "funcionários fantasmas" 298
312.7. Ressarcimento do dano 299
312.8. Explicação do peculato-furto 299
312.9. Consumação do peculato-furto 299
312.10. Particular como coautor do crime de peculato-furto 300
312.11. Configuração do peculato culposo 300
312.12. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base 300
312.13. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro 300
312.14. Funcionário público que se apropria das verbas pagas sem contraprestar os serviços 300
312.15. Uso de secretário parlamentar para prestar serviços de natureza diversa 301
312.16. Exasperação da pena-base pelo fato de o crime ter sido praticado por servidor do Poder Judiciário 301
312.17. Peculato de uso 301
312.18. Advogado dativo como sujeito ativo do crime de peculato 302
312.19. Depositário judicial que vende os bens em seu poder 302
312.20. Estagiário de órgão público que apropria-se de valores 302
312.21. Peculato-desvio pela retenção de valores relativos a empréstimos consignados 302
312.22. Crime pluriofensivo 303
312.23. Obtenção de vantagem ilícita 303
312.24. Desvio de recursos de convênio e sua aplicação em finalidade diversa 303
312.25. Aprovação do Tribunal de Contas 303

312.26. Contratação de funcionária da própria empresa como secretária parlamentar ... 303
312.27. Princípio da insignificância ... 303
312.28. Caso excepcional de aplicação do princípio da insignificância ... 303
312.29. Desvio de verba por prefeito e competência ... 304
Art. 313
Art. 313-A
313-A.1. Peculato-eletrônico ... 304
313-A.2. Funcionário não autorizado ... 304
313-A.3. Continuidade normativo-típica ... 305
313-A.4. Não se trata de crime patrimonial ... 305
313-A.5. Crime instantâneo ... 305
Art. 313-B
313-B.1. Violação do painel do Senado ... 305
Art. 314
Art. 315
315.1. Exigência de lei formal e material ... 306
315.2. Emprego de verba pública em obra diversa da programada ... 306
315.3. Desvio de recursos de convênio e sua aplicação em finalidade diversa ... 306
Art. 316
316.1. Natureza formal ... 307
316.2. Exasperação da pena-base pela qualidade funcional do agente ... 307
316.3. Lucro fácil e cobiça como elementares do crime ... 307
316.4. Compreensão do crime de excesso de exação ... 308
316.5. Não pode ocorrer violência ou grave ameaça ... 308
316.6. Não ocorrência de crime impossível ... 308
316.8. Tipicidade ... 309
316.9. Prova e interceptação telefônica ... 309
316.10. Médico que atende pelo SUS em hospital privado ... 310
316.11. Caso específico da chamada "rachadinha" ... 310
Art. 317
317.1. Natureza formal ... 310
317.2. Ausência de explicação razoável ... 311
317.3. Ônus da prova sobre os elementos típicos ... 311
317.4. Descrição específica do ato de ofício ... 311
317.5. Nexo de causalidade entre o ato de ofício e as funções exercidas pelo agente público ... 312
317.6. Ausência de bilateralidade ... 314
317.7. Inépcia da denúncia de corrupção ativa ... 314
317.8. Autonomia entre os crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais ... 314
317.9. Crime cometido por membro do Ministério Público e exasperação da pena-base ... 315
317.10. Lucro fácil e cobiça como elementares do crime ... 316
317.11. Não pode ter "exigência" ... 316
317.12. Mais de uma solicitação ... 316
317.13. Antecedente ou subsequente ... 316
317.14. Corrupção passiva imprópria ... 316

317.15. Agente que não solicitou, mas recebeu vantagem indevida 317
317.16. Consumação na forma objetiva "receber" 317
317.17. Médico que cobra do paciente um valor para utilizar sua máquina particular .. 317
317.18. Reembolso de despesa 317
317.19. Princípio da insignificância 317
317.20. Doação eleitoral 317
317.21. Destinação do dinheiro 317

Art. 318

318.1. Competência 318
318.2. Hipótese de cometimento por policial civil 318

Art. 319

319.1. Delineamento do crime 318
319.2. Demora na condução de processo de *impeachment* 319
319.3. Configuração do crime 319
319.4. Disposição expressa de lei 319
319.5. Motivação 320
319.6. Inépcia da denúncia 320

Art. 319-A

Art. 320

320.1. Caracterização do crime 320

Art. 321

321.1. Crime próprio, formal e de concurso eventual 321

Art. 322

322.1. Lei de Abuso de Autoridade 321

Art. 323

Art. 324

Art. 325

Art. 326

Art. 327

327.1. Cargo comissionado sem antes possuir vínculo com a administração 322
327.2. Exercício de função em sociedade de economia mista e em empresa pública 323
327.3. Natureza de majorante do § 2º 323
327.4. Dirigentes de organização social como funcionários públicos para fins penais .. 323
327.5. Médico particular em atendimento pelo SUS 323
327.6. Majoração da pena de agente detentor de mandato eletivo 324
327.7. Juiz federal como funcionário público para fins penais 324
327.8. Comunicação da majorante do § 2º 324
327.9. Aplicação da majorante do § 2º ao Chefe do Poder Executivo 324
327.10. Advogado dativo 324
327.11. Depositário judicial 325
327.12. Administrador de Loteria 325
327.13. Estagiário de órgão público 325
327.14. Dirigentes de autarquias 325
327.15. Mero exercício de mandato parlamentar 325
327.16. Padres destacados pela FUNAI equiparam-se a funcionários públicos 325

CAPÍTULO II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Art. 328

328.1. Tipicidade....326
328.2. Crime comum....326
328.3. Competência....326
328.4. Qualificadora....327

Art. 329

329.1. Violência ou grave ameaça....327
329.3. Ofensa à integridade corporal do funcionário público....328
329.3. Ordem dada por guarda municipal....328
329.4. Qualificadora....328
329.5. Auto de resistência não lavrado....328
329.6. Abordagem violenta dos policiais....328

Art. 330

330.1. Funcionário público como sujeito ativo....328
330.2. Prefeito como sujeito ativo....329
330.3. Acordo judicial....329
330.4. Requisição de servidor público....329
330.5. Destinação da ordem....329
330.6. Ordem encaminhada via postal....329
330.7. Descumprimento de condições de prisão domiciliar....330
330.8. Inexecução de ordem emanada de servidor público....330
330.9. Exposição a pagamento de multa diária....330
330.10. Descumprimento de ordem de juiz para não usar celular durante audiência....330
330.11. Recusa de Defensor Público-Geral de requisição judicial de nomeação de defensor....331
330.12. Descumprimento de ordem de oficial de justiça....331
330.13. Omissão....331
330.14. Descumprimento de ordem de parada....331

Art. 331

331.1. Compatibilidade com o direito à liberdade de expressão....332
331.2. Recepção do crime de desacato....332
331.3. Convencionalidade....332
331.4. Forma especial de injúria....333
331.5. Elemento subjetivo....333
331.6. Funcionário público como sujeito ativo....333
331.7. Advogado como sujeito ativo....333
331.8. Retirada do plenário....334
331.9. Crime de forma livre....334
331.10. Presença do funcionário ofendido e nexo funcional....334

Art. 332

332.1. Atipicidade da conduta do "comprador de fumaça"....335
332.2. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado....335
332.3. Consumação....335
332.4. Irrelevância do sujeito passivo acreditar no poder de influência do agente....335

Art. 333

331.1. Crime formal 336
333.2. Ato de ofício lícito 336
333.3. Interposta pessoa 336
333.5. Princípio da insignificância 336
333.7. Flagrante do crime do art. 28 da Lei de Drogas 337

Art. 334

334.1. Natureza formal 338
334.2. Aplicação do princípio da insignificância 339
334.3. Competência em razão da matéria 339
334.4. Competência territorial 340
334.5. Absorve a falsidade ideológica 340
334.6. Questão prejudicial externa 340
334.7. Absorção do crime de falso pelo descaminho 341
334.8. Bem jurídico 341
334.9. Procedência da mercadoria 341
334.10. Compreensão do verbo "iludir" 341
334.11. Adequação social 342
334.12. Tentativa 342
334.14. Elemento inerente ao tipo penal e pena-base 342
334.15. Agravante da paga ou promessa de recompensa 342
334.16. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial 342
334.17. Exame pericial 343

Art. 334-A

334-A.1. Princípio da insignificância 344
334-A.2. Competência em razão da matéria 345
334-A.3. Importação de colete à prova de balas 345
334-A.4. Importação de arma de pressão por ação de gás comprimido 345
334-A.5. Exame pericial 346
334-A.6. Bem jurídico 346
334-A.7. Tributos iludidos 346
334-A.7. Dosimetria e quantidade de mercadorias 346
334-A.8. Pneumáticos 346
334-A.9. Produtos terapêuticos ou medicinais 346
334-A.10. Máquinas para exploração de jogos de azar 347
334-A.11. Competência territorial 347
334-A.12. Constituição definitiva do crédito tributário 347
334-A.13. Consumação 347
334-A.14. Tentativa 347
334-A.15. Independência de instâncias 347
334-A.16. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial 348

Art. 335

Art. 336

Art. 337

Art. 337-A

337-A.1. Elemento subjetivo 30
337-A.2. Atenuante inominada 350
337-A.3. Consumação 351
337-A.4. Descumprimento de obrigação acessória 351
337-A.5. Prefeito como sujeito ativo 351
337-A.6. Elevado prejuízo e exasperação da pena-base 351
337-A.7. Bem jurídico 352
337-A.8. Inexibilidade de conduta diversa 352

CAPÍTULO II-A
(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Art. 337-B
Art. 337-C
Art. 337-D

CAPÍTULO II-B
DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-E
337-E.1. Continuidade normativo-típica 353
Art. 337-F
337-F.1. Configuração do crime 354
Art. 337-G
Art. 337-H
Art. 337-I
Art. 337-J
Art. 337-K
Art. 337-L
337-L.1. Crime formal 355
Art. 337-M
Art. 337-N
Art. 337-O
Art. 337-P

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Art. 338
338.1. Crime permanente 357
338.2. Exame do mérito do decreto de expulsão 357
Art. 339
339.1. Consumação 357

339.2. Denunciação caluniosa e depoimento perante o Ministério Público 358
339.3. Bem jurídico protegido 358
339.4. Exigência de dolo direto 358
339.5. Não se admite dolo eventual 359
339.6. Tipicidade 359
339.7. Determinação do crime 359
339.8. Investigação não instaurada 359
339.9. Indiciamento 359
339.10. Direito de petição e não configuração do crime 359
339.11. Advogado 359
339.12. Instauração de sindicância administrativa 360
339.13. Processo administrativo na OAB 360

Art. 340

340.1. Individualização do autor 360
340.2. Forma livre 360

Art. 341

341.1. "Direito de mentir" 360

Art. 342

342.1. Autoincriminação 361
342.2. Desnecessidade de sentença no processo em que ocorreu o falso testemunho 361
342.3. Prescrição no processo em que teria havido a prática do crime 361
342.4. Natureza formal 362
342.5. Advogado como partícipe do crime de falso testemunho 362
342.6. Ausência de responsabilização da testemunha pelo crime de falso testemunho 362
342.7. Retratação 362
342.8. Teoria subjetiva 363
342.9. Configuração do crime de falso testemunho e ausência de prestação de compromisso 363
342.10. Falso testemunho em processo cível 364
342.11. Dispensa de qualquer procedimento investigativo prévio 365
342.12. Carta precatória 365
342.13. Falso testemunho em processo trabalhista e competência 365
342.14. Falso testemunho em processo no âmbito do TJDFT 365

Art. 343

343.1. Consumação 365
343.2. Oferecimento posterior ao depoimento 366

Art. 344

344.1. Natureza formal 366
344.2. Simples contato de familiares do réu com testemunhas 367
344.3. Coação a testemunhas no contexto de procedimento de investigação criminal do Ministério Público 367
344.4. Concurso material de crimes 367
344.5. Finalidade específica 367
344.6. Perda do emprego 367
344.7. Ameaça de persecução cível 368
344.8. Advogado que filma jurados 368

Art. 345
345.1. Consumação 369
345.2. Prostituta que arranca cordão de cliente que não quis pagar o programa 369
Art. 346
346.1. Constitucionalidade da parte final do preceito primário 369
Art. 347
347.1. Não configuração do crime 369
347.2. Homicida que, para ocultar o cadáver, apaga vestígios de sangue 370
347.3. Crime comum e formal 370
Art. 348
348.1. Auxílio para prestação de socorro médico ao criminoso 370
348.2. Caracterização do crime 370
Art. 349
349.1. Favorecimento real e coautoria no crime 371
Art. 349-A
349-A.1. Ingresso na prisão com chip de celular 371
Art. 350
Art. 351
351.1. Concurso de agentes para facilitar a fuga de preso 372
351.2. Concurso de crimes 372
351.3. Carcereiro que liberta preso sem a pesquisa necessária 372
351.4. Menores internados em cumprimento de medida socioeducativa 372
351.5. Militar e promove ou facilita a fuga de preso e competência 373
Art. 352
Art. 353
Art. 354
354.1. Abrangência daqueles que cumprem medida socioeducativa 373
Art. 355
355.1. Exigência de outorga de poderes 374
355.2. Exigência de traição do dever profissional 374
355.3. Configuração do crime de tergiversação 374
355.4. Tergiversação em processo trabalhista e competência 374
355.5. Exigência de conflito de pretensões 374
355.6. Advogado público e ausência do crime 374
Art. 356
356.1. Advogado que atua em causa própria e deixa de devolver o processo 375
356.2. Validade de intimação eletrônica 375
Art. 357
357.1. Tipicidade 375
357.2. Prestígio direto ou indireto 375
357.3. Funcionário público imaginário 375
Art. 358
Art. 359
359.1. Decisão de natureza penal 376

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Art. 359-A
Art. 359-B
Art. 359-C
359-C.1. Sujeito ativo....377
359-C.2. Despesas não pagas não especificadas....377
Art. 359-D
359-D.1. Remanejamento de verbas....377
359-D.2. Norma penal em branco e despesa legítima....378
Art. 359-E
Art. 359-F
Art. 359-G
Art. 359-H

TÍTULO XII
(Incluído pela Lei 14.197, de 2021)

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL

Art. 359-I
359-I.1. Atentado contra a democracia no Brasil....379
Art. 359-J
Art. 359-K

CAPÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Art. 359-L
359-L.1. Continuidade normativo-típica....381
359-L.2. Possibilidade de concurso material com o crime do art. 359-M....381
Art. 359-M
359-M.1. Crime impossível....381
359-M.2. Possibilidade de concurso material com o crime do art. 359-L....381

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL

Art. 359-N
Art. 359-O

Art. 359-P
Art. 359-Q

CAPÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Art. 359-R
359-R.1. Continuidade normativo-típica parcial..... 384

CAPÍTULO V
VETADO

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 359-T
Art. 359-U

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 360